

PROCURADORIA-GERAL DO  
ESTADO DO PIAUÍ - PGE



GOVERNO DO  
**PIAUI**  
AQUI TEM TRABALHO.  
AQUI TEM FUTURO.

# RELATÓRIO DE GESTÃO

20

23

# SUMÁRIO

---

**03**

Mensagem dos líderes

**11**

Objetivos estratégicos

**31**

Gestão de TI

**04**

Quem somos?

**12**

Gestão de Riscos

**33**

Correição e apuração de ilícitos

**05**

O que a organização faz?

**15**

Resultados

**34**

Informações orçamentárias,  
financeiras e contábeis

**06**

Estrutura organizacional

**20**

Gestão de Pessoas

**35**

SEDE

**07**

Estrutura de governança

**23**

Comunicação com a sociedade

**36**

NOVA SEDE

**08**

Normas de funcionamento

**24**

Gestão de licitações e contratos

**37**

Reconhecimentos

**09**

Macroprocessos

**25**

Gestão Administrativa

**38**

Mensagem Final

# MENSAGEM DE NOSSOS LÍDERES

É com grande satisfação que apresentamos a prestação de contas referente ao ano anterior da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí. Ao longo deste período, nossa instituição demonstrou um firme compromisso com a modernidade, eficiência, e, sobretudo, com a defesa intransigente do interesse público.

Destacamos, em particular, os avanços significativos alcançados em nossa área administrativa. Adotamos uma abordagem estratégica, pautada por um planejamento meticuloso que visava a otimizar recursos, melhorar processos e promover uma gestão mais eficiente. A modernização de nossos sistemas e a implementação de práticas inovadoras foram elementos-chave nesse processo, resultando em ganhos substanciais em termos de produtividade.

Nossos esforços foram direcionados não apenas para aprimorar nossa estrutura interna, mas também para fortalecer a representação jurídica do Estado nos tribunais. É com imenso orgulho que destacamos, neste Relatório, as importantes vitórias judiciais obtidas ao longo do ano. Cada êxito reflete não apenas a competência técnica de nossa equipe, mas também o comprometimento com a justiça e a defesa dos interesses da sociedade.

É essencial ressaltar que, em meio a desafios complexos e cenários jurídicos dinâmicos, mantivemos nosso foco na missão de servir ao público e proteger os interesses do Estado. Nossa Procuradoria do Estado não apenas se adaptou, mas prosperou, graças à dedicação e profissionalismo de todos os envolvidos.

Agradecemos o empenho de cada membro desta equipe, cujo trabalho incansável contribuiu para os resultados positivos que hoje apresentamos. Continuaremos a buscar a excelência em nosso serviço, comprometendo-nos a enfrentar os desafios futuros com a mesma determinação e visão estratégica que nos trouxeram até aqui.

**Francisco Gomes Pierot Júnior**

Procurador-Geral do Estado

**Carlos Eduardo da Silva Belfort de Carvalho**

Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos

**Victor Emmanuel Cordeiro Lima**

Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos

**Fernando Eulálio Nunes**

Corregedor-Geral

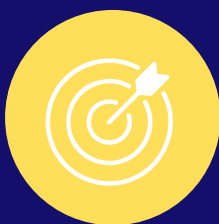
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ**

# QUEM SOMOS?

---

Responsável pela representação judicial e consultoria jurídica do Estado, a Procuradoria Geral do Estado do Piauí (PGE/PI) em 2023 completou 50 anos. O órgão foi criado pela lei delegada 91, de 27 de fevereiro de 1973, durante o primeiro mandato do governador Alberto Silva. Antes, era conhecido como Departamento Jurídico do Estado.

Já no ano de 1988, a carreira de Procurador de Estado foi reconhecida pela Constituição, como função essencial à Justiça e imprescindível ao funcionamento do Estado Democrático de Direito. Agora, a PGE/PI completa meio século de muitos serviços prestados à sociedade piauiense, consolidando-se como um escritório de advocacia pública de excelência.



## MISSÃO

Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado do Piauí, viabilizando a implementação de políticas públicas e contribuindo com a gestão da dívida ativa e com a proteção do patrimônio do povo piauiense.



## VISÃO

Ser reconhecida como instituição de excelência na representação e na orientação jurídica do Estado, atuando com eficiência, transparência e impessoalidade na defesa dos interesses e do patrimônio da sociedade piauiense.



## VALORES

Ética  
Compromisso com a legalidade  
Zelo com a coisa pública  
Fortalecimento institucional

# O QUE A ORGANIZAÇÃO FAZ?

---

A Procuradoria-Geral do Estado do Piauí é instituição de Advocacia Pública permanente cuja missão é a consultoria jurídica dos órgãos do Poder Executivo, além da representação judicial e extrajudicial de todos os poderes no Estado.

Além de previsão na Constituição Federal de 1988, art. 132, a Instituição tem os contornos normativos atribuídos pela Constituição do Estado do Piauí, arts. 150 e seguintes, e pela Lei Complementar Estadual 56 de 1º de novembro de 2005.

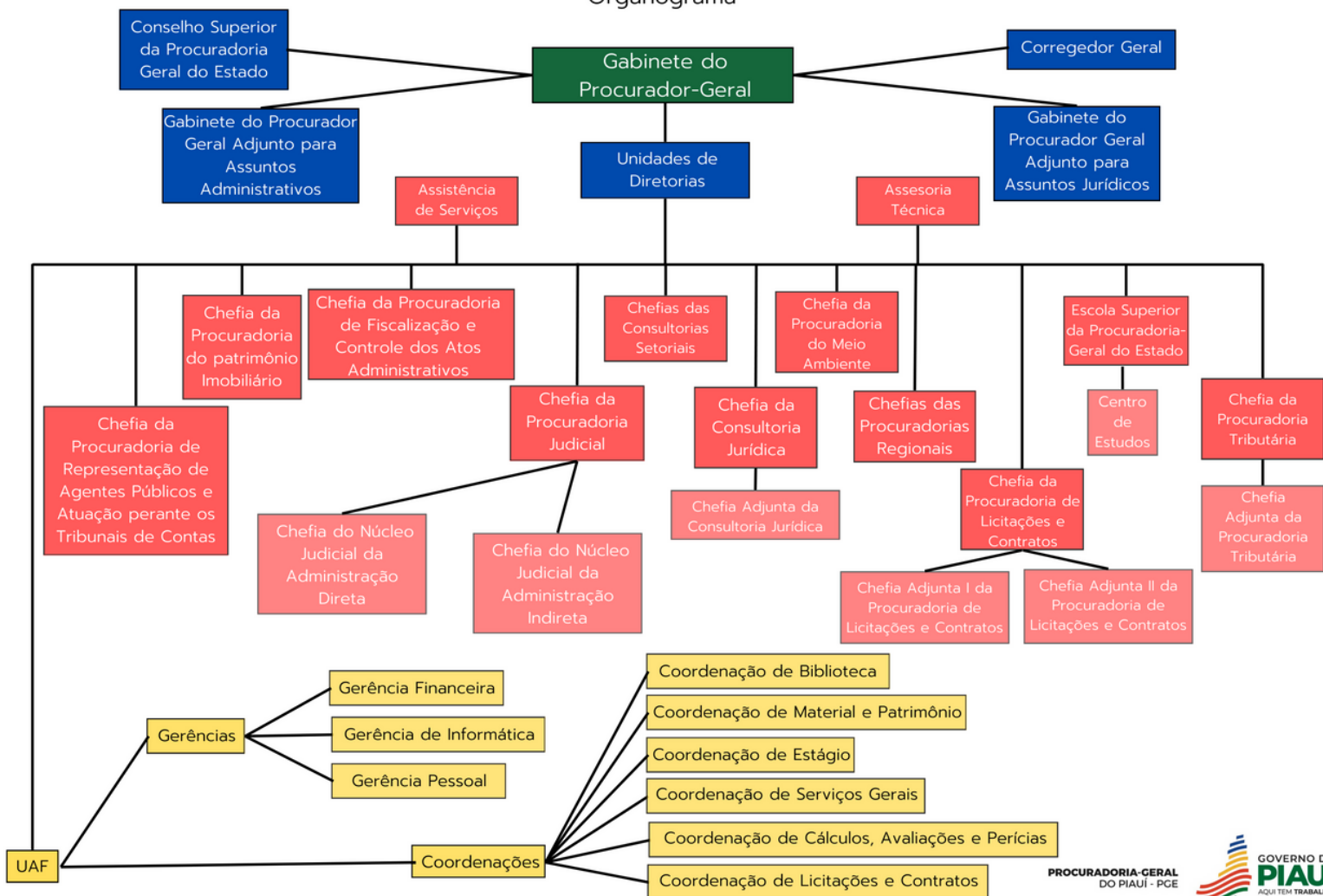
É integrada por Procuradores do Estado do Piauí, servidores de carreira selecionados via concurso público e comandados por Procurador-Geral escolhido pelo Governador do Estado dentre membros estáveis da carreira, advogados públicos aos quais compete:

- A execução da dívida ativa e a defesa do Estado do Piauí em ações antiexacionais;
- O ajuizamento de ações judiciais que visem a garantir continuidade e a estabilidade das políticas públicas;
- A defesa da Administração Pública Estadual e do patrimônio coletivo em ações contra estas movidas;
- A orientação jurídica, na forma de pareceres fundamentados, necessária à criação, manutenção e expansão de políticas públicas;
- A consultoria jurídica e a representação judicial do Fundo do Regime Próprio de Previdência do Estado do Piauí.

# ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

## Procuradoria Geral do Estado do Piauí

Organograma



PROCURADORIA-GERAL DO PIAUÍ - PGE



# ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

---

Até 2022, as ações administrativas e normas internas da PGE que visavam a incrementar a governança estavam descentralizadas, não havendo formalmente uma estrutura única com esse propósito. As decisões foram tomadas e a gestão foi levada a efeito observando-se, basicamente, a Lei Complementar n. 56/2005 e as competências nela descritas, o organograma da Instituição e a hierarquia nele prevista, o Regimento Interno da Procuradoria (aprovado pela Resolução CSPGE n. 001/2014) e as Leis Orçamentárias.

Considerando a importância da gestão estratégica como boa prática de governança no âmbito da Administração Pública e a necessidade de implementar e sistematizar o processo de planejamento estratégico da Procuradoria-Geral do Estado, e visando a priorizar as iniciativas estratégicas que impactem a gestão e tragam benefícios para o órgão e para a sociedade, foi editada, em 2023, a PORTARIA PGE-PI GAB N° 16, DE 18 DE JANEIRO DE 2023, substituída posteriormente pela PORTARIA PGE-PI GAB N° 40, DE 13 DE JUNHO DE 2023, que instituiu o Comitê de Apoio à Gestão Estratégica da Procuradoria Geral do Estado do Piauí - CGEPGE, responsável por sugerir, implementar, acompanhar e monitorar práticas gerenciais voltadas à obtenção de resultados que atendam aos interesses público e institucional, com a finalidade de fortalecer projetos e ações estratégicas e de governança corporativa, bem como de auxiliar o Procurador-Geral do Estado na tomada de decisões de caráter estratégico.

Os resultados do trabalho deste Comitê são apresentados neste Relatório.

Para 2024, a meta é elaborar e aprovar, formalmente, o primeiro Plano Estratégico da PGE-PI - no qual a Estrutura de Governança estará mais bem detalhada.

# NORMAS DE FUNCIONAMENTO

---

A PGE é regida precipuamente pela Lei Complementar No 56, 01 de novembro de 2005, e por seu Regimento Interno.

# MACROPROCESSOS

---

Os macroprocessos da Procuradoria-Geral do Estado se relacionam às principais áreas de atuação e responsabilidades desempenhadas pela Instituição. Os mais relevantes incluem:

1. Contencioso Judicial:

- Atividades relacionadas ao acompanhamento de processos judiciais nos quais o Estado está envolvido, incluindo a elaboração de peças processuais, comparecimento em audiências e sustentações orais.

2. Consultoria Jurídica:

- Prestação de assessoria e consultoria jurídica aos órgãos e entidades estaduais, fornecendo orientações legais para a tomada de decisões.

3. Execução Fiscal:

- Gerenciamento dos processos de cobrança de créditos fiscais, envolvendo ações de execução fiscal e recuperação de valores devidos ao Estado.

4. Advocacia Preventiva:

- Desenvolvimento de estratégias para prevenir litígios, oferecendo orientações legais antecipadas a fim de evitar potenciais problemas judiciais.

5. Gestão de Pessoas e Recursos:

- Atividades relacionadas à gestão interna da Procuradoria, abrangendo recrutamento, capacitação, alocação de recursos humanos e gestão de orçamento.

6. Normatização e Legislação:

- Acompanhamento da legislação, elaboração de pareceres sobre a constitucionalidade de normas e participação na elaboração de propostas legislativas.

7. Mediação e Conciliação:

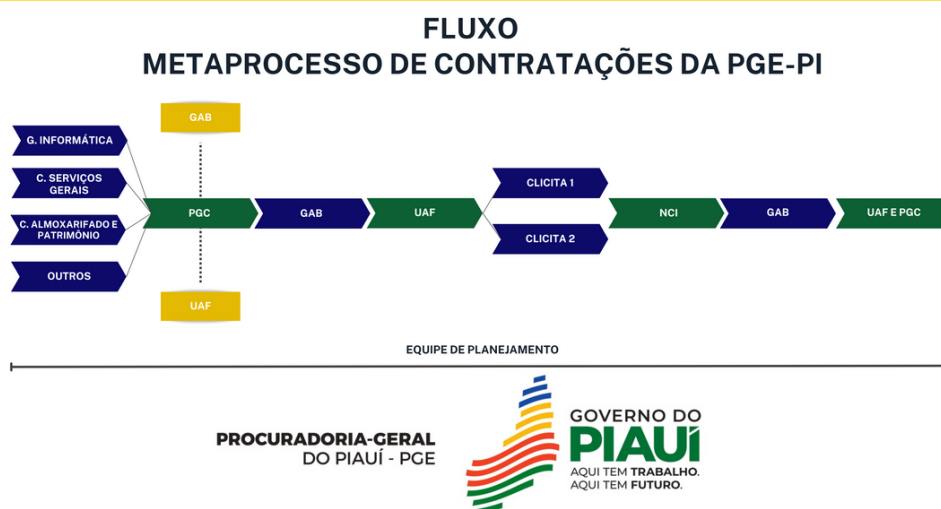
- Desenvolvimento de práticas de resolução alternativa de disputas para buscar acordos antes de litígios judiciais.

Este relatório destaca ações relacionadas a todos estes Macroprocessos.

Em termos de representação gráfica, um importante Macroprocesso desenhado em 2023 é o de aquisições públicas. O metaprocessos de contratações da Procurador-Geral do Estado está representado no esquema abaixo:

---

# MACROPROCESSOS



Macroprocessos são como categorias amplas, que englobam várias áreas e funções. Por outro lado, os Processos Organizacionais são atividades específicas dentro dessas categorias. São componentes mais específicos e detalhados que compõem os macroprocessos. São, enfim, conjuntos de atividades relacionadas e interdependentes que são executadas para alcançar um resultado específico.

Enquanto os macroprocessos fornecem uma visão de alto nível das operações, os processos organizacionais representam as ações diárias e tarefas realizadas em diferentes áreas da organização para cumprir as metas delineadas pelos macroprocessos.

Em termos de Processos Organizacionais, houve significativo avanço em 2023, tendo sido mapeados, representados graficamente e divulgados no site da Instituição aproximadamente 20 (vinte) deles, valendo destacar os seguintes:



Fluxo de Nomeação e Exoneração



Fluxo de Ofícios



Procedimento Padrão para Solicitação de Férias



Fluxo de Processo de Apuração de Falta Disciplinar dos Procuradores

O mapeamento de Processos Organizacionais, é, aliás, premissa do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da PGE-PI, lançado em dezembro de 2023 (cf. página 09).

# OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

---



## 01 — Estado e Sociedade

Eficiência;  
Proatividade;  
Participação ativa na formulação e na implementação de políticas públicas;  
Aperfeiçoamento da legislação estadual;  
Recuperação dos avos financeiros;  
Profissionalização do serviço público;  
Redução da litigiosidade;  
Regularização do patrimônio imobiliário do Estado.



## 02 — Processos Internos

Aperfeiçoar a representação judicial e extrajudicial do Estado;  
Aperfeiçoar a consultoria e o assessoramento jurídico do Estado;  
Aperfeiçoar a gestão patrimonial do Estado;  
Aperfeiçoar a gestão e a recuperação da dívida ativa;  
Ampliar e fortalecer a atuação institucional;  
Colaborar para o aperfeiçoamento da gestão pública;  
Fortalecer a atuação da Procuradoria em Brasília;  
Fomentar a profissionalização do serviço público;  
Promover a redução da litigiosidade;  
Uniformizar a orientação jurídica do Estado;  
Aperfeiçoar a troca de informações entre os órgãos da PGE;  
Aperfeiçoar a comunicação institucional;  
Consolidar a gestão estratégica;  
Aperfeiçoar a gestão administrativa.



## 03 — Gestão de Pessoas

Aperfeiçoar a gestão de pessoas.



## 04 — Infraestrutura e Tecnologia de Informação

Melhorar a infraestrutura física;  
Melhorar a infraestrutura tecnológica e o uso de soluções de TI.



## 05 — Orçamento

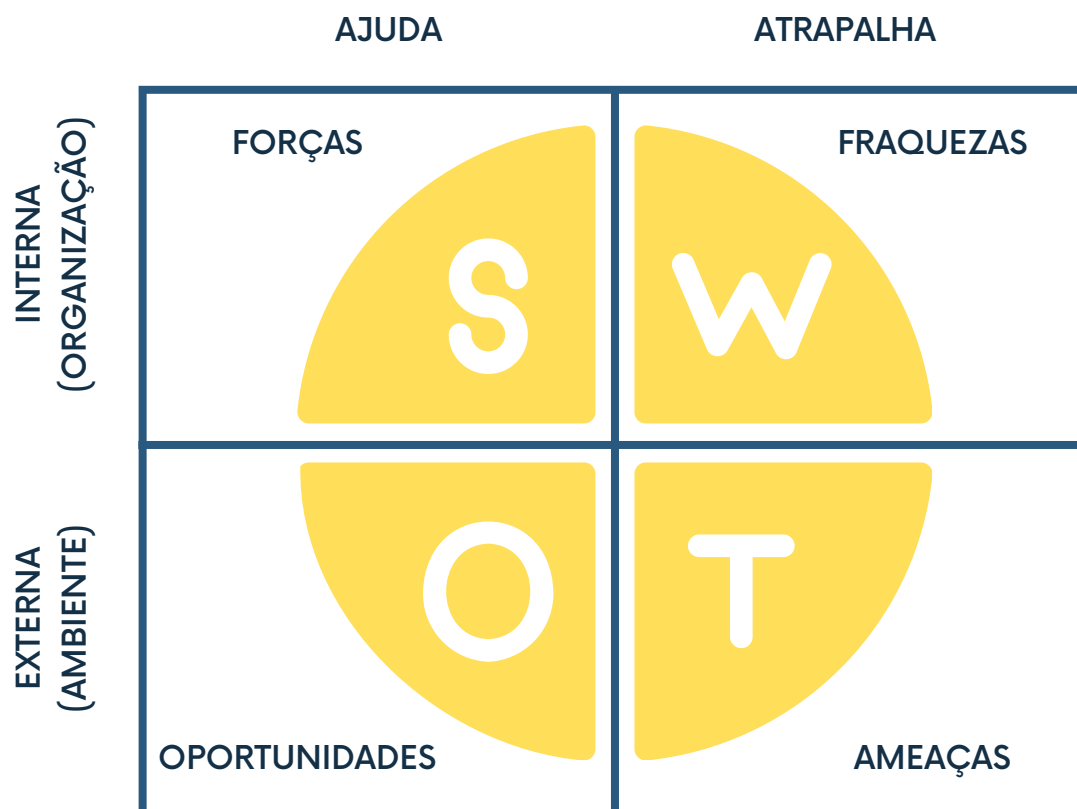
Fortalecer a gestão orçamentária e financeira.

# GESTÃO DE RISCOS

---

É mundialmente conhecida a metodologia SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats, ou, em tradução livre, pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças – para análise de características organizacionais.

A Matriz SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário, sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma organização. A figura abaixo demonstra como estes fatores se interrelacionam:



# GESTÃO DE RISCOS

---

São exemplos de pontos fortes:

- A garantia constitucional da existência da Procuradoria Geral do Estado;
- A existência de carreira própria composta por servidores efetivos e selecionados mediante rigoroso concurso público de provas e títulos;
- O funcionamento da instituição em sede própria, imóvel com localização privilegiada na capital piauiense;
- A consolidação da instituição como órgão de advocacia pública de excelência desde sua instituição, no ano de 1973;
- O fato de não haver processos administrativos de meio físico em atual tramitação no órgão, tendo sido alcançado integral funcionamento por sistemas digitais (v.g. sistemas SEI, SISPREV, SIAPE e SIAFE).

Por outro lado, representam pontos fracos:

- O fato de o quadro de apoio da PGE-PI ser composto por poucos servidores de carreira;
- A necessidade de modernização de sistema de gestão de processos judiciais.

Viabilizam a superação dos pontos fracos elencados acima as seguintes oportunidades:

- A diretriz governamental de transformação digital, da qual se espera surgirem investimentos em infraestrutura e pessoal de tecnologia da informação, além de otimizações/reestruturações de organogramas e processos de trabalho;
- A existência de financiamentos internacionais com foco em projetos de modernização da Administração Pública (v.g. PROFISCO e PROGESTÃO), seguindo o eixo de inovação, transformação e governo digital, cujos recursos podem ser empregados na aquisição de sistemas digitais e de infraestrutura tecnológica para o órgão.

# GESTÃO DE RISCOS

---

São ameaças à qualidade de excelência dos serviços prestados pela PGE-PI:

- A crescente massificação de demandas judiciais, esta acompanhada de perto pela modernização do Poder Judiciário, que terá por efeito o crescimento exponencial do volume de intimações recebidas, bem como o aumento da judicialização das relações sociais, que exige cada dia mais da advocacia pública;
- O constante desenvolvimento de ferramentas de gestão processual, automação de processos e de documentos, inteligência artificial e análise de dados, desde que desacompanhados por progressos no mesmo sentido em prol da Procuradoria, vez que representa perigoso desequilíbrio de forças entre os diversos atores processuais que demandam contra o Poder Público e a PGE-PI.

# RESULTADOS

Um importante avanço em 2023, resultado direto da criação de um Comitê de Apoio à Gestão Estratégica, diz com a expansão da utilização de painéis de Business Intelligence para todas as Procuradorias Especializadas, o que possibilitou a tomada de decisões assertivas, baseadas em evidências.



Outro relevante produto da ingerência proativa do Comitê de Apoio à Gestão Estratégica pôde ser visto na Procuradoria de Fiscalização e Controle de Atos Administrativos, onde houve incremento do 77,95% na prolação de Pareceres em relação ao ano anterior, o que zerou o estoque e melhorou significativamente tanto o fluxo de processos no órgão quanto o tempo de resposta da PGE nestes casos.

# RESULTADOS

---

No contencioso judicial e administrativo, foram diversas atuações exitosas em processos estratégicos para o Governo Estadual, muitas delas capitaneadas pela atuação do Comitê, valendo destacar:

1. Atuação na ação de cobrança movida pelo TJPI (7 bilhões);
2. Viabilização do Porto de Luís Correia (Pedido de Suspensão de Liminar n. 0755695-17.2023.8.18.0000);
3. Viabilização da Telemedicina (Tomada de Contas 002473/2023, do TCE-PI);
4. Viabilização da gestão da Nova Maternidade por uma Organização Social (ACP n. 0828762-17.2022.8.18.0140);
5. Gestão por Organizações Sociais do Hospital Estadual Dirceu Arcoverde – HEDA, do Hospital Regional de Campo Maior e da Unidade de Saúde Integrada do Mocambinho – UIM (Tomada de Contas 006491/2023, do TCE-PI);
6. Atuação na greve dos médicos (Dissídio Coletivo de Greve de n. 0759463-48.2023.8.18.0000), dos Agentes Socioeducativos (processo 0759463-48.2023.8.18.0000) e dos professores da Uespi;
7. Viabilização da concessão de águas e esgotos de Floriano (ação 0849455-85.2023.8.18.0140);
8. Atuação na declaração de caducidade da concessão à SPE Piauí Conectado.

Além destes casos relevantes, a atuação dos procuradores em milhares de processos garantiu a defesa eficiente do Tesouro Estadual e dos interesses da Fazenda Pública. Os resultados estão resumidos abaixo:

**6757**

Pareceres prolatados

**74823**


Atos judiciais produzidos

# RESULTADOS

---

Especificamente no que diz respeito às licitações e contratos administrativos, o corpo técnico da PGE atuou com foco na viabilização e concreção de políticas públicas, agindo notadamente de modo preventivo.

Destacam-se 3.256 Pareceres prolatados em 2023, 04 (quatro) novos Pareceres Referenciais, diversas minutas-padrão já adequadas à Nova Lei de Licitações (disponíveis em <https://portal.pi.gov.br/pge/minuta-e-listas-deverificacao/>).



Nova Lei de Licitações

- Concorrência Eletrônica
- Pregão Eletrônico - Bens e Serviços
- Pregão Eletrônico - Serviços Comuns de Engenharia
- Contratação direta de pequeno valor - serviços e compras - art. 75, II
- Contratação direta de pequeno valor - obras - art. 75, I, da Lei 14.133 de 2021
- Contratação direta de pequeno valor - serviços comuns de engenharia - art. 75, I, da Lei 14.133 de 2021
- Adesão

Destaque ainda para a atuação proativa, em parceria com a Escola Superior da PGE, na capacitação de aproximadamente 400 (quatrocentos) servidores em 05 (cinco) turmas do Curso de Formação de Agente de Contratação e Pregoeiro.



# RESULTADOS

Além disso, a Procuradoria Geral do Estado é o órgão encarregado da recuperação dos créditos inscritos em Dívida Ativa, tendo recuperado no exercício de 2023 a cifra de R\$ 45 milhões, mais que o dobro de 2022:

## PGE-PI recupera mais de R\$45 milhões em ativos em 2023

Por joabezerra / 21 de fevereiro de 2024



A Procuradoria-Geral Estadual do Piauí (PGE-PI) encerrou o ano de 2023 com uma excelente marca sobre a Dívida Ativa do Estado. Isso se deve pela recuperação de mais de R\$45 milhões provenientes da cobrança de ativos tributáveis e não tributáveis, marca que supera em 82,4% o ano anterior – aproximadamente R\$25 milhões – e disponibiliza todo o valor para ser revertido aos cofres do Estado na aplicação de suas políticas públicas.

Todo o processo de cobrança e arrecadação foi feito pela Procuradoria Tributária, um dos membros fundamentais da PGE-PI, que teve como principal fonte no recolhimento desse montante, o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), instituído pela Lei 8201/23.

Para 2024, a grande novidade nesta seara é a utilização de meios extrajudiciais de cobrança, como a negativação de devedores e a utilização do protesto em cartório, este último já iniciado:

## PGE inicia cobrança de Dívida Ativa do Estado por protesto em cartório

Por joabezerra / 9 de fevereiro de 2024



A Procuradoria-Geral do Estado do Piauí (PGE/PI) deu início ao trabalho de cobrança extrajudicial da dívida ativa, com o envio das Certidões dos débitos para protesto em cartório. Neste primeiro lote, foram enviados 44 títulos de cobrança num valor aproximado de R\$ 1,4 milhão. A expectativa é que a utilização deste novo mecanismo tenha resultado mais rápido e efetivo quanto à recuperação de créditos para o Governo.

A nova ferramenta de cobrança da dívida ativa do Estado foi implantada no final do ano passado, após parceria com o Instituto de Estudos de Protesto de Título do Brasil (IEPTB), e está sendo utilizada pela primeira vez pelo órgão. O protesto é um serviço público disponibilizado pelos tabelionatos de títulos e documentos, público ou privado, que chama o contribuinte que deixou de cumprir a obrigação de pagamento em até três dias úteis, conforme a lei.

"Demos início em fevereiro ao envio das primeiras Certidões de Dívida Ativa à Central Nacional de Serviços Eletrônicos para protesto. Logo após, elas serão distribuídas aos cartórios de protesto. Ressaltamos ainda que nessa primeira etapa, serão protestados os títulos de dívidas que foram confessados e não pagos", explicou a procuradora Lorena Portela Holanda, chefe da cobrança extrajudicial, acrescentando que a remessa será feita mensalmente. "Com o envio dos primeiros títulos, vamos poder verificar a taxa de retorno e fazer a programação quanto as próximas remessas", enfatizou.

# RESULTADOS

Merece destaque, ainda, a atuação da Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos Administrativos (CEMAPI), que resolveu diversos conflitos na via extrajudicial e, em termos financeiros, recuperou aproximadamente R\$ 4 milhões para os cofres públicos:

## PGE fecha 2023 com oito acordos celebrados e quase R\$ 4 milhões arrecadados aos cofres públicos

Por joaobezerra / 24 de janeiro de 2024



Quase R\$ 4 milhões a mais para os cofres do Governo. Este é o resultado dos acordos realizados com sucesso entre órgãos e entidades da administração pública, ano passado, tendo a Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos Administrativos (CEMAPI), da Procuradoria Geral do Estado do Piauí, como mediadora do conflito. O valor é o maior já registrado pelo órgão desde 2020, quando a câmara foi criada.

Ao todo, foram realizadas 12 audiências de mediação e/ou conciliação, onde oito delas resultaram acordos, isso corresponde a 67%, ou duas celebrações a cada três promovidas. As conciliações envolveram diversos temas, como: cobranças administrativas, ressarcimento ao erário, demandas envolvendo servidor público e regularização fundiária. Só o volume de 2023 de acordos foi o maior da história.

A Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, por sua vez, teve destaque, inclusive em âmbito nacional, na defesa dos interesses do Estado no litígio com o Ceará envolvendo a Serra da Ibiapaba:

## Laudo do Exército sobre litígio entre o Piauí e o Ceará deve ser concluído em maio de 2024

Decisão do STF vai se basear no resultado da perícia dos militares. Piauí judicializou a questão para tentar recuperar territórios. Caso a decisão seja a favor do Piauí, o Ceará não perderá nenhum município.

Por Maria Romero, g1 PI

27/11/2023 11h33 · Atualizado há 3 meses

# RESULTADOS

Foi igualmente destacada a atuação da PGE na defesa do meio ambiente, bem como na viabilização de benefícios previdenciários aos segurados do Regime Próprio de Previdência mediante consultoria preventiva – tendo sido prolatados, pela Consultoria Jurídica da PGE, 2.226 Pareceres, 1.943 deles na área Previdenciária.

Necessário registrar, por fim, que em 2023 foram realizados eventos em comemoração aos 50 anos da PGE (<https://portal.pi.gov.br/pge/50-anos-pge/>) e ao Dia do Procurador.



# GESTÃO DE PESSOAS

---

Muito do trabalho deve-se a um corpo técnico qualificado e comprometido com a missão de defender os direitos e interesses do Estado, a partir da representação judicial e extrajudicial, além da consultoria e assessoramento jurídico. São 84 procuradores atuando, todos com especialização na profissão e quase um quarto (23,8%) cursando ou com mestrado no currículo. Há, ainda, quatro procuradores doutorandos, um doutor e um cursando pós-doutorado.

Mas, todo esse corpo técnico existente precisa de assessores para executar o ótimo serviço. São servidores e um corpo de funcionários de apoio bastante qualificado que se dedicam integralmente ao trabalho diário do órgão. Confira abaixo como é formado nosso corpo de funcionários.

## **47 SERVIDORES**

- 7 REQUISITADOS
- 3 ESTÃO À DISPOSIÇÃO
- 14 EFETIVOS SEFAZ / SEDUC / DER / EMGERPI
- 23 EFETIVOS

## **28 COMISSIONADOS EXCLUSIVOS**

## **54 TERCEIRIZADOS**

- 7 CONTRATOS PGE
- 17 CONTRATOS SEFAZ
- 1 CONTRATO INTERPI
- 29 CONTRATO SEAD

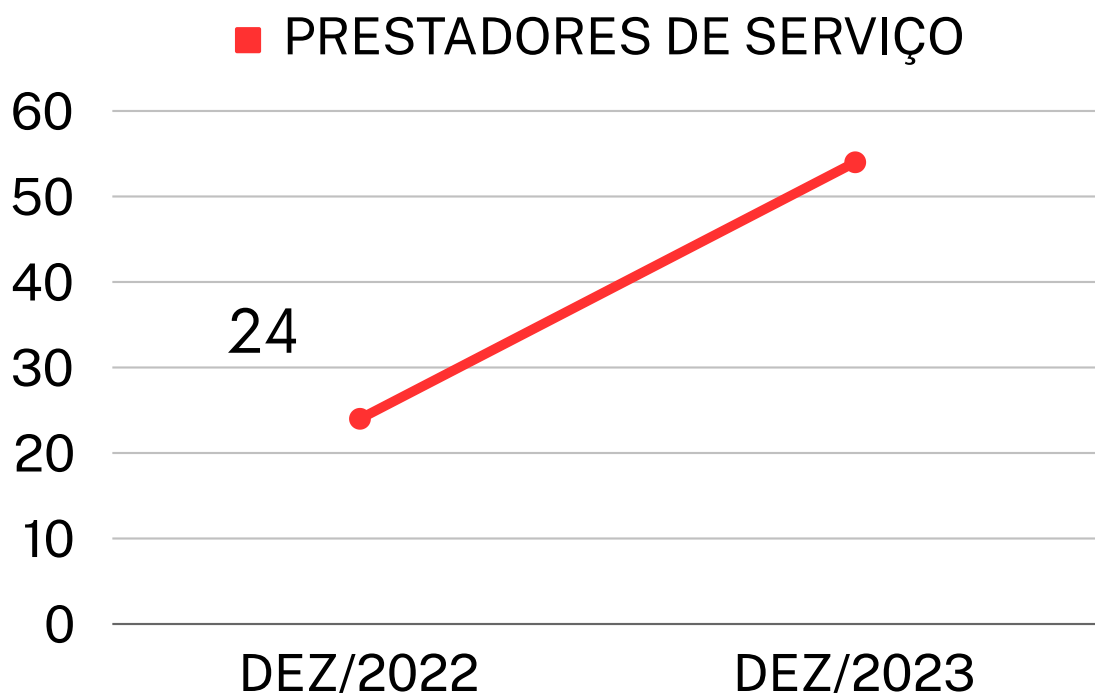
## **84 PROCURADORES:**

- SUBSTITUTO 0 DE 20 VAGAS
- 1º CLASSE 6 DE 30 VAGAS
- 2º CLASSE 13 DE 28 VAGAS
- 3º CLASSE 10 DE 30 VAGAS
- 4º CLASSE 55 DE 57 VAGAS

# GESTÃO DE PESSOAS

---

Visando proporcionar maior eficiência nas atividades finalísticas da PGE, a alta gestão proporcionou aumento considerável nos postos de trabalho de atividade meio, em especial com incremento substancial da quantidade de assessores dos Procuradores do Estado. Em números globais, houve um aumento de 125% no quantitativo de prestadores de serviço na PGE/PI.



# GESTÃO DE PESSOAS

---

Além das atividades rotineiras, foram feitos projetos específicos que resultaram em melhorias de fluxos administrativos, bem como treinamentos. A seguir elencados:

## Fluxos Elaborados



Fluxo de Averbação de Tempo de Serviço



Fluxo de Abono de Permanência



Fluxo de Licenças (Saúde, Prêmio, Paternidade, Maternidade) e de Atestados, Justificativas, Aposentadorias;



Fluxo de Mapa de Contribuição e de Tempo de Serviço



Fluxo de Certidões/Declarações

## Treinamentos com a equipe do Setor



Atualizações do ESOCIAL (PGE foi a pioneira em finalizar em 2023)



Atualizações da DIRF e RAIS no SIAPE



Atualizações no SISPREV para Aposentadorias



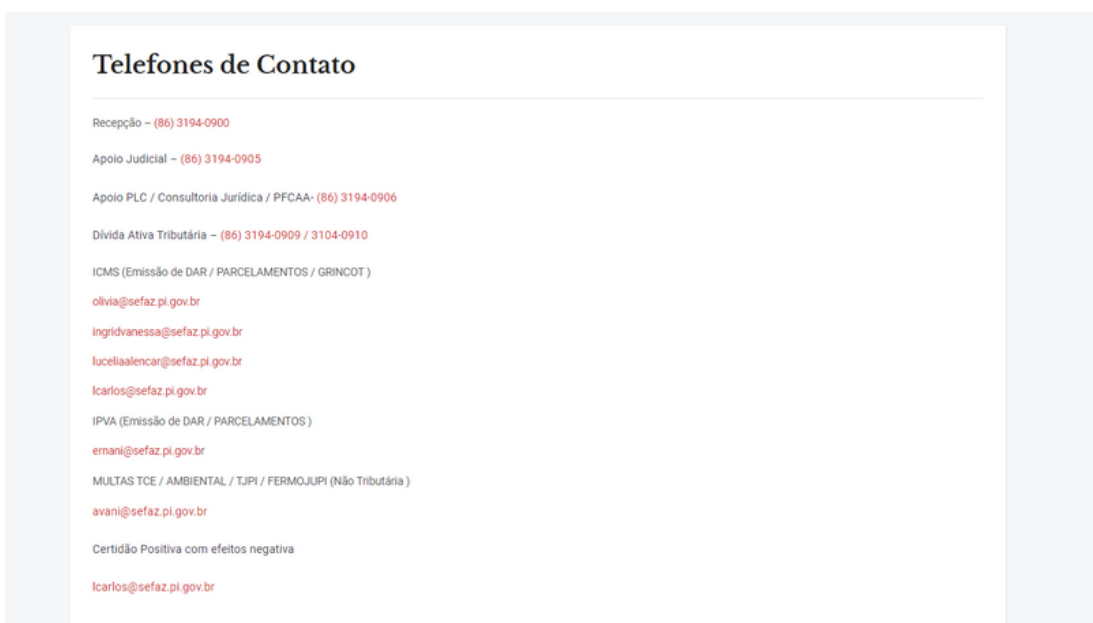
Atualizações no SISPREV para Averbações



Atualizações para a Folha de Pagamento

# COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A comunicação com a sociedade é feita através de telefones, e-mails, site e sistemas oficiais, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).



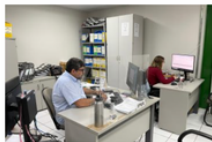
A CGU disponibiliza o FALA BR (Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação). Esse sistema é resultado da unificação entre o e-SIC e o e-OUV, dessa forma, é responsável por receber os pedidos de informações públicas feitos com base na Lei 12.527 de Acesso a Informação, disponível ao público desde 15 de maio de 2012 e outras normativas.



# COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Além dos contatos e sistemas acima citados, em 2023 implementou-se uma equipe de assessoria de imprensa, responsável por gerenciar a comunicação entre a PGE e os veículos de comunicação, como jornais, portais, rádio, televisão e internet. Além disso, iniciou o projeto de gerenciamento das redes sociais, que tem como objetivo transmitir as atividades e agendas do Procurador-Geral e do órgão.

## Imprensa



21 de fevereiro de 2024 / Imprensa, Sem categoria

### PGE-PI recupera mais de R\$45 milhões em ativos em 2023

A Procuradoria-Geral Estadual do Piauí (PGE-PI) encerrou o ano de 2023 com uma excelente marca sobre a Dívida Ativa do Estado. Isso se deve pela recuperação de mais de R\$45 [...]



9 de fevereiro de 2024 / Imprensa

### PGE inicia cobrança de Dívida Ativa do Estado por protesto em cartório

A Procuradoria-Geral do Estado do Piauí (PGE/PI) deu início ao trabalho de cobrança extrajudicial da dívida ativa, com o envio das Certidões dos débitos para protesto em cartório. Neste primeiro [...]



6 de fevereiro de 2024 / Imprensa

### PGE cria núcleo de inovação e tecnologia e Auditor da CGE vai atuar na Coordenação

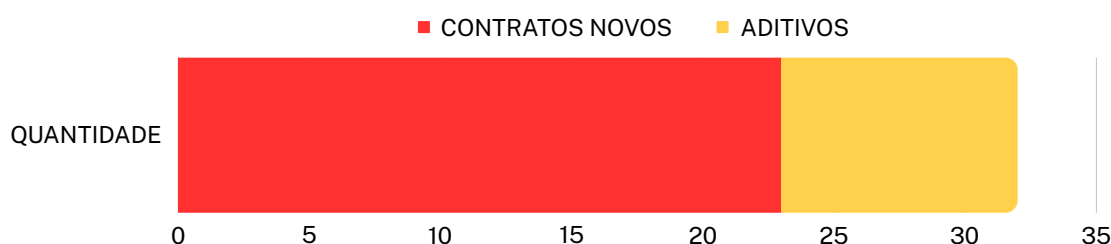
A Procuradoria-Geral do Estado do Piauí (PGE/PI) está passando por um amplo processo de estruturação de toda sua rede tecnológica, visando acompanhar a transformação digital que o Governo vem implementando. [...]

## Clipping de Noticias

- 2023
- 2024

# GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Foram concluídos 23 procedimentos licitatórios, que resultaram na celebração de contratos administrativos, e 9 aditivos de contratos já existentes. Conforme gráfico abaixo:



## RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS

- AÇÚCAR E CAFÉ;
- PATROCÍNIO 50 ANOS DA PGE;
- ESTABILIZADORES E NOBREAKS;
- LOCAÇÃO DE VEÍCULOS;
- BANCO DE PREÇOS;
- COPEIRO;
- MANUTENÇÃO PREDIAL;
- PODA, CAPINA, DESCUPINIZAÇÃO E REMOÇÃO DE RESÍDUOS;
- 02 INSCRIÇÕES NO 4º CONGRESSO BRASILEIRO DE COMPRAS PÚBLICAS;
- 02 INSCRIÇÕES NO FÓRUM CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS;
- 18 INSCRIÇÕES NO 49º CONGRESSO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL;
- COFFEE BREAK;
- 01 INSCRIÇÃO NO CURSO "COMPUTER SCIENCE FOR LAWYERS";
- 01 INSCRIÇÃO NO 1º SEMINÁRIO DO FÓRUM NACIONAL DAS PROCURADORIAS CONSULTIVAS;
- CATRACA ELETRÔNICA;
- BEBEDOURO;
- EPI'S;
- CONTROLE DE PRAGAS;
- ÁGUA MINERAL 200 ML E GARRAFÕES DE 20 L;
- CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA PGE;
- ARQUIVOLOGIA.

# GESTÃO ADMINISTRATIVA

## 3.1 Manutenção e Melhoria da Estrutura Física

Além do aumento do acervo patrimonial, um dos grandes desafios da PGE-PI foi proporcionar melhorias em sua estrutura física. Dentre as inúmeras ações, destacam-se:



### SERVIÇOS EXECUTADOS

SERVIÇO DE PODA E  
CAPINA - 740 M<sup>2</sup>



INSTALAÇÃO DE DRENOS  
DE AR CONDICIONADOS  
- 20 DRENOS

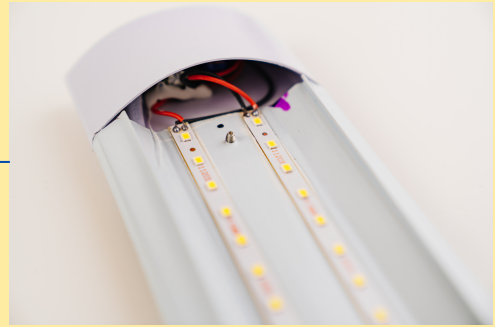


MANUTENÇÃO CORRETIVA  
EM AR CONDICIONADOS:  
SPLIT 12.000 BTUS - 07  
SPLIT 18.000 BTUS- 03  
SPLIT 30.000 BTUS - 03

# GESTÃO ADMINISTRATIVA

## SERVIÇOS EXECUTADOS

SUBSTITUIÇÃO DE 260  
LÂMPADAS CONVENCIONAIS  
POR LED



PINTURA DE 2.182 m<sup>2</sup> DE ÁREA  
INTERNA E EXTERNA



RETELHAMENTO DE 600m<sup>2</sup>  
(TELHA DE CERÂMICA)



INSTALAÇÃO DE (03) TRÊS  
CÂMERAS DE SEGURANÇA  
NO GABINETE DO  
PROCURADOR GERAL.



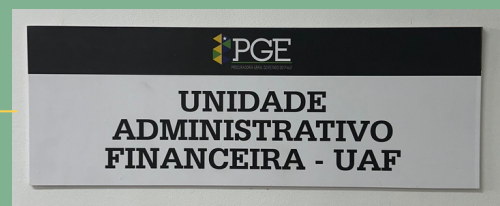
# GESTÃO ADMINISTRATIVA

## SERVIÇOS EXECUTADOS

INSTALAÇÃO DE  
ILUMINAÇÃO EXTERNA  
(REFLETORES LED) 07



INSTALAÇÃO DE PLACAS  
DE IDENTIFICAÇÃO DOS  
SETORES DA PGE - 38  
PLACAS



INSTALAÇÃO DE  
FECHADURA  
ELETRÔNICA - 02  
FECHADURAS



REPARO EM JANELAS  
DO PRÉDIO - 05  
JANELAS



# GESTÃO ADMINISTRATIVA

## 3.2 Aquisições

A PGE/PI incrementou seu acervo patrimonial com 98 equipamentos e materiais, assim distribuídos:

### 70

#### Bens adquiridos

- 66 estabilizadores
- 02 nobreaks
- 01 bebedouro industrial
- 01 catraca com reconhecimento facial



### 28

#### Bens recebidos de outros órgãos estaduais

- 20 computadores HP Intel Core i7 e i5
- 08 computadores LENOVO i3 e i5



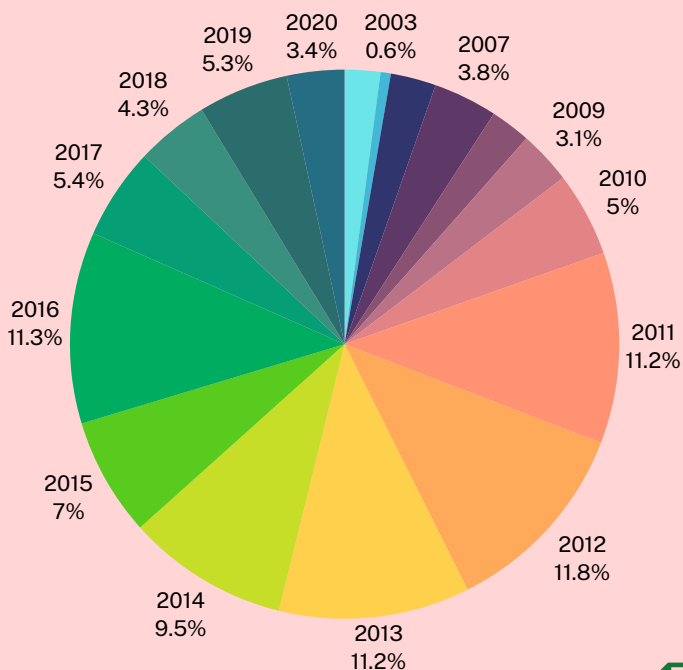
# GESTÃO ADMINISTRATIVA

## 3.3 Digitalização do Acervo da PGE

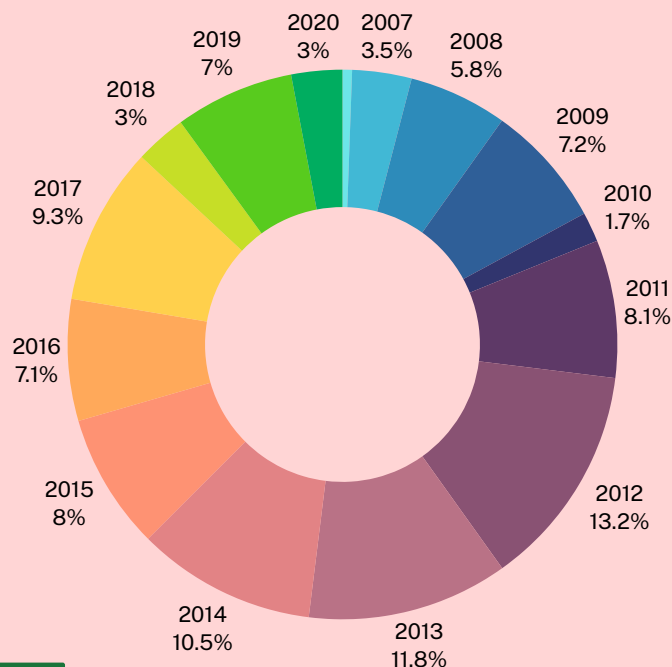
Coadunando com a política do governo de transformação digital, houve estruturação, com formação de equipe de 11 colaboradores, para digitalização dos mais variados documentos da PGE. Como resultado foram digitalizados, em 2023, entre pareceres, processos e outros documentos, um total de 536.200 páginas.

### DIGITALIZAÇÃO EM NÚMEROS

**10.253** pareceres da Consultoria Jurídica (CJ) referentes aos anos de 2002 a 2020



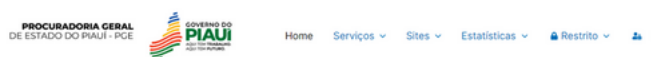
**3.035** documentos oficiais, como ofícios e memorandos.



# GESTÃO DE TI

Na gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações foram executadas inúmeras ações visando não só a melhoria/aprimoramento dos serviços, mas principalmente a implantação de diversas soluções para aumentar a produtividade dos diversos usuários da PGE/PI (a exemplo, Servidores e Procuradores do Estado). As ações de maior destaque estão elencadas abaixo:

## Criação de um Portal Intranet



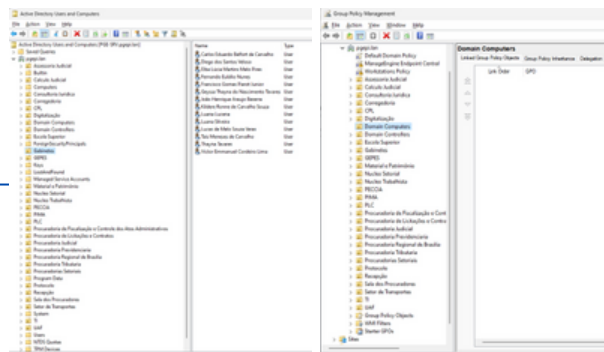
### Seja Bem Vindo

Acesse os serviços de Intranet da Procuradoria Geral do Estado do Piauí



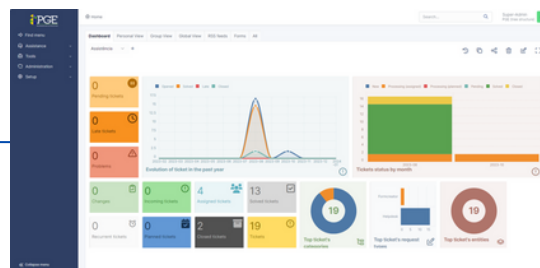
## Substituição de mais de 500m metros de cabos de rede lógica

## Implantação de um Servidor de Diretórios Active Directory



# GESTÃO DE TI

Implementou-se sistema de suporte interno aos colaboradores, com a implantação de sistema de chamados.



Desenvolveu-se diversos relatórios de Business Intelligence (B.I.)



Auxílio na confecção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações.



# CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS

---

A PGE possui o setor de Corregedoria-Geral que é composto por um Procurador Corregedor-Geral. No art. 11 da Lei Complementar 56/2005, dentre as atribuições atribuídas a este setor, destacam-se:

- fiscalizar a atuação e avaliar o desempenho dos Procuradores do Estado;
- realizar correições, determinadas pelo Procurador-Geral do Estado nos órgãos técnico-jurídicos da Procuradoria Geral do Estado;
- propor a adoção das medidas administrativas e disciplinares cabíveis, em vista do que for apurado nas correições.

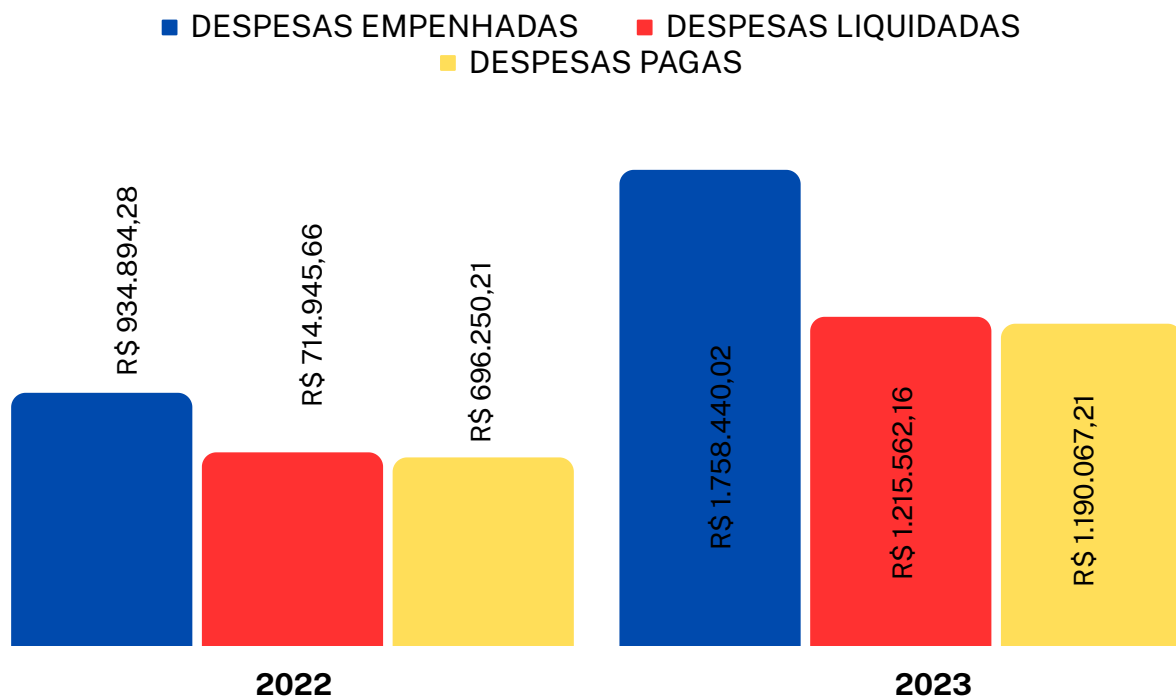
Vale destacar também o trabalho da Procuradoria de Fiscalização e Controle de Atos Administrativos. De acordo com o art. 15 da Lei Complementar 56/2005, a PFCAA atua no controle finalístico de processos administrativos disciplinares de todo o Estado.

Além dos órgãos acima, a PGE conta com a Procuradoria de Licitações e Contratos (PLC) que atua no controle finalístico de processos sancionatórios nas licitações e contratos do Estado, conforme o art. 17 da Lei Complementar 56/2005.

# INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

---

A PGE/PI, em 2022 e 2023, teve despesas empenhadas em R\$ 934.894,28 e R\$ 1.758.440,02, respectivamente. Excluindo os valores dos gastos com pessoal, que são geridos e gerenciados pela SEAD, a execução orçamentária apresentou os valores a seguir:



Para o exercício de 2024, em comparação aos exercícios anteriores, houve relevante incremento nos valores previstos no orçamento.

# SEDE

---

A PGE conta com imóvel próprio, localizado na Avenida Senador Arêa Leão, 1650, no bairro Jóquei, zona leste de Teresina.

O imóvel tem 3.970,22 m<sup>2</sup> sendo 1560,80 m<sup>2</sup> de área construída.



# NOVA SEDE

---

Neste ano de 2023, o Procurador-Geral do Estado colocou como prioridade e deu início a um projeto de suma importância para o Governo do Estado e aguardado por todos: **a construção da Nova sede da PGE/PI.**

Com a conclusão da obra, será possível promover um espaço mais amplo, salubre, organizado, confortável, seguro, com flexibilidade na utilização dos espaços, com custos operacionais reduzidos, com facilidade de manutenção, com tecnologias e estrutura sustentáveis e com alto grau de modernidade.



## Etapas realizadas em 2023:

- Remembramento dos lotes;
- Sondagem de solo;
- Projeto Básico;
- Projeto Executivo;
- Início de demolição do prédio antigo.

## DADOS DA OBRA

- **VALOR DA OBRA:** R\$ 12.209.948,91
- **CONCLUSÃO:** 18 meses (22/06/25)
- **ÁREA CONSTRUÍDA:** 3.083,86 m<sup>2</sup>



# RECONHECIMENTOS

---

É indiscutível a relevância da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, firmemente reconhecida como órgão dedicado à defesa dos interesses do Estado e, por extensão, da sociedade. Entretanto, a instituição almeja mais, mantendo um olhar voltado para o futuro, buscando aprimorar continuamente suas atividades.

Para garantir resultados sólidos no porvir, a PGE concentra seus esforços no presente, investindo na melhoria de seus processos de gestão e da sua estrutura física, bem como na capacitação contínua de seus Procuradores e servidores.



## Contato

### Unidade Administrativa

Avenida Senador Arêa Leão,  
1650 - Teresina/PI  
(86) 3194-0900  
uaf@pge.pi.gov.br  
www.portal.pi.gov.br/pge

**PROCURADORIA-GERAL DO  
ESTADO DO PIAUÍ - PGE**



**GOVERNO DO  
PIAUI**  
AQUI TEM TRABALHO.  
AQUI TEM FUTURO.

# MENSAGEM FINAL

Ao encerrar este relatório, é com gratidão e orgulho que compartilho algumas reflexões sobre nossa jornada na administração pública. Como Procurador-Geral do Estado, é meu dever não apenas supervisionar, mas também liderar uma gestão administrativa transparente, eficiente e comprometida com o interesse público.

Durante o último ano, enfrentamos diversos desafios, desde a complexidade das demandas legais até os obstáculos operacionais. No entanto, com determinação e trabalho árduo, superamos cada um deles, transformando desafios em oportunidades de crescimento e aprimoramento.

A evolução do nosso órgão é notável. Implementamos medidas inovadoras para otimizar processos, promovendo a modernização e a digitalização dos serviços. Além disso, investimos em capacitação e valorização de nossos colaboradores, reconhecendo que são eles a espinha dorsal de nossa instituição.

Nossa maior conquista, contudo, é a constante defesa do interesse público. Em cada decisão, em cada ação, mantivemos nosso compromisso inabalável com a justiça, a equidade e a legalidade. Nosso papel como guardiões da ordem jurídica e defensores dos direitos coletivos foi desempenhado com integridade e dedicação.

À medida que avançamos para um novo ciclo, renovamos nosso comprometimento com a excelência e a ética na gestão pública. A responsabilidade que carregamos é grande, mas também é nossa maior motivação para continuar avançando, sempre em busca do melhor para nosso Estado e seus cidadãos.

Agradeço a cada um de vocês por sua contribuição e dedicação. Juntos, somos mais fortes e capazes de alcançar grandes feitos em prol da sociedade que servimos.

**FRANCISCO GOMES PIEROT JÚNIOR**

Procurador-Geral do Estado do Piauí